

Cultos em Memória dos Mortos?

NOTA EXPLICATIVA

No ano de 1977, um Distrito Eclesiástico da IECLB levantou a pergunta pelos cultos em memória de pessoas falecidas. Constatou que não raras vezes pastores nossos são solicitados “a realizarem cultos em memória de mortos (após meses e anos de falecimento)”. Os pastores do Distrito discutiram a questão várias vezes. Mas não chegaram a “conclusões satisfatórias”. Pediram, então, esclarecimentos a um grupo de pessoas que, na época, era a Comissão Teológica Central da IECLB. Do estudo da questão participaram os Srs. Diretor Arnildo Hoppen, Economista Edvino Wendt, Pastores Wilhelm Boesemann, Wilfrid Buchweitz, Wilfried Hase-nack, Mag. Ervino Schmidt, Martin Volkmann e o autor desta nota. Essas pessoas concluíram seu trabalho em agosto de 1978, elaborando um texto sobre o assunto. Um resumo do conteúdo foi publicado no nº 21 do Jornal Evangélico de 1978 (1ª quinzena de novembro) sob o título “Um maior acompanhamento aos enlutados, é a recomendação da Comissão Teológica Central às nossas comunidades”. Hoje, provavelmente poucos sabem da publicação, e ainda menos pessoas têm acesso à respectiva edição do Jornal Evangélico. O assunto, no entanto, continua sendo atual — não apenas os cultos em memória de pessoas falecidas propriamente ditos, e sim também tudo o que está relacionado com morte, luto, vida após a morte. Por isso consideramos oportuno publicar na íntegra o texto elaborado há anos. Advertimos, porém, os leitores que não se trata, agora, de uma publicação da Comissão Teológica, e sim do grupo de pessoas mencionadas acima. Seu trabalho é uma contribuição para a reflexão sobre escatologia cristã.

Joachim Fischer

1. A SITUAÇÃO EM NOSSAS COMUNIDADES

A morte é o que mais abala a vida do homem. Isso não só no sentido de ela finalmente ser mais forte do que a vida, mas também pelo fato de provocar mil incertezas no dia-a-dia. Que é morte? Por que morte? Quando morte? Como? Que vem depois? Estas e outras perguntas acompanham o homem mais ou menos de perto.

Em geral o homem do campo encara a morte com maior naturalidade. Ela faz parte, intensamente, de seu mundo. Animais morrem todos os dias e em muitos casos o próprio homem os abate. Plantas nascem e desaparecem, o agricultor semeia, cultiva e colhe muitas delas. Um dos símbolos da morte, o quadro do homem com a gadanha, provém da experiência do agricultor.

Na cidade o homem percebe muito menos esta naturalidade. Há pouca oportunidade de assistir à morte de animais e vegetação, e os próprios seres humanos morrem nos hospitais, longe do seio da família.

Com maior ou menor intensidade, no entanto, a morte traz a insegurança à maioria dos homens. Alguns exemplos podem ilustrar isso mais claramente: Não se fala da morte; procura-se evitar esse assunto. Existe relativo medo de passar perto de cemitérios, especialmente à noite. Procura-se não morar próximo a casas funerárias. Recorre-se a calmantes por ocasião de enterros. Tenta-se manter as crianças longe de pessoas falecidas. A conversa dos que estão presentes a um velório muitas vezes é uma conversa nervosa, as mesmas frases se repetem inúmeras vezes, mil e uma tentativas de entender a morte, de negá-la, de justificá-la, de desaprová-la e de assim ou fugir dela ou tentar domesticá-la. É uma realidade presente em grande parte em nossas comunidades, apesar de oficialmente se confessar que a morte não tem mais a última palavra, que a partir da ressurreição de Jesus Cristo a vida é que está vitoriosa sobre todos os seus inimigos, inclusive sobre o mais forte deles, a morte.

Dentro dessa realidade, membros de nossas comunidades procuram os seus pastores para que realizem cultos em memória de seus mortos. De onde provém a prática desses cultos? Que se objetiva com os mesmos?

2. AS MISSAS PELOS MORTOS NA IGREJA CATÓLICA

2.1. Solidariedade com os mortos

Partindo da esperança cristã pelo Reino de Deus, a Igreja Católica Romana afirma que os cristãos vivos podem ajudar os mortos de várias maneiras. Os meios mais importantes de ajuda ou sufrágio são a missa, como meio principal e mais eficiente (Concílio de Trento, século XVI), e a oração. Toda a ajuda aos mortos pressupõe a imortalidade da alma e a existência do purgatório.

Desde 1513 (Concílio de Latrão V = 18º Concílio Ecumênico) a doutrina da imortalidade da alma é, na Igreja Católica, um dogma, isto é, uma afirmação irrevogável da fé católica(1). Quando o cristão morre, sua “alma imortal” geralmente passa pelo purgatório. Nesse “lugar” a consciência da culpa castiga o pecador “como fogo”. Dessa maneira ele é purificado. Pois somente assim, com a alma totalmente pura, pode entrar na felicidade eterna do paraíso(2).

Também durante sua permanência no purgatório a pessoa continua a pertencer ao corpo místico de Cristo, à comunhão dos santos (= cristãos). Por isso outros membros desse corpo, ou seja, os fiéis na terra e os santos no céu, podem ajudá-la para atenuar seus castigos ou acelerar o processo de purificação e a entrada no paraíso(3).

(1) DENZINGER, Henricus. **Enchiridion Symbolorum, Definitionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum**. Ed. por Adolf Schönmetzer. 33.ed. Barcelona, Herder, 1965, nº 1440; BARTMANN, Bernardo. **Teologia Dogmática**. Trad. de Vicente Pedroso. São Paulo, Paulinas, 1962. v. 1, p. 426-9; FIORENZA, Francis P. & METZ, Johann Baptist. O homem como união de corpo e alma. In: FEINER, Johannes & LÖHRER, Magnus. **Mysterium Salutis**. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. Trad. de Bernardo Lenz. Petrópolis, Vozes, 1972. v. II/3, p. 55-6. 67-8.

(2) “(...) o bom senso e o sentimento moral exigem a **possibilidade de uma purificação** depois da morte, por tudo o que não é completamente perfeito.” (BARTMANN, Bernardo. op. cit., v. 3, p. 424) “Existe o purgatório, isto é, um estado de purificação moral, em que as almas não ainda completamente puras são purificadas mediante penas, tornando-se dignas do céu.” (ib., p. 448) v. também SCHMIDT-CLAUSING, Fritz. Fegfeuer [Purgatório]. In: **Die Religion in Geschichte und Gegenwart** [A Religião na História e no Presente]. Tübingen, Mohr, 1958. v. 2, col. 892-4.

(3) MAYER, Robert. Arme Seelen [Almas dos falecidos]. In: op. cit., Tübingen, Mohr, 1957. v. 1, col. 609.

2.2. Oração pelos mortos

Desde os tempos da Igreja Antiga, cristãos oravam por seus mortos. Na Igreja Católica houve e há orações particulares e orações nas missas em geral.

2.2.1. Orações particulares

O costume cristão de orar pelos mortos tem sua origem provavelmente no judaísmo. Os judeus estavam convictos de que se pode ajudar os pecadores falecidos por orações e sacrifícios; assim o falecido seria purificado de seus pecados. II Macabeus 12.39-46 fala expressamente de “sacrifícios pelos pecados dos mortos” e do “orar pelos mortos, para que sejam livres dos seus pecados”. Sacrifícios e orações têm sua razão de ser em vista da ressurreição.

Quando os cristãos dos primeiros séculos oravam por seus mortos em geral ou por determinados mortos, sua intenção era reconciliá-los com Deus ou pedir para eles paz, alívio e vida em Deus ou em Cristo ou pedir que fossem “levados ao lugar dos justos e (...) que lhes fosse dada a vida eterna.”

2.2.2. Orações na missa(4)

Desde o século IV, o mais tardar, as comunidades cristãs incluíram uma oração pelos mortos também na liturgia da missa dominical. A oração é chamada “Memento dos mortos”. Começa com a palavra latina “memento” = “lembra-te”. Dirige-se a Deus para “comover seu coração” (Crisóstomo). Pede-se que Deus se lembre dos falecidos. Nesse “Memento” originalmente eram mencionados os nomes dos falecidos ou de alguns falecidos proeminentes da comunidade. Mais tarde começou-se a fazer, em lugar disso, uma oração em silêncio. O texto tradicional do “Memento” é muito antigo. Ao lado dele a reforma litúrgica decorren-

(4) JUNGMANN, Josef Andreas. **Missarum Sollemnia**. Eine genetische Erklärung der römischen Messe [As celebrações das missas. Uma explicação da evolução da missa romana]. Freiburg, Herder, 1952. v. 2, p. 295-308; MARTIMORT, Aimé-Georges, ed. **Handbuch der Liturgiewissenschaft** [Manual da ciência da liturgia]. Trad. de Mirjam Prager. Freiburg, Herder, 1963 e 1965. v. 1, p. 432; v. 2, p. 160-7.

te do Concílio Vaticano II sugeriu outras orações, sem prever expressamente uma oração em silêncio(5). O "Memento" tradicional tem o seguinte sentido. A comunidade, celebrando a eucaristia, pede a Deus lembrar-se daqueles que não podem participar mais dessa celebração. Precederam-nos na morte marcados com o sinal da fé (= o batismo ou os sacramentos em geral). Agora estão definitivamente incorporados em Cristo, cheios de sua vida, embora ainda não totalmente perfeitos; têm ainda nos pés a poeira de sua peregrinação terrestre. Para eles a comunidade pede o sono da paz, pois para eles terminaram a competição e a luta desta vida. Agora é-lhes definitivamente garantida a paz em Cristo.

2.3. As missas pelos mortos

Ao lado das missas regulares a Igreja Católica Romana conhece as missas particulares ou votivas. São missas celebradas em determinadas situações em vista de preocupações ou necessidades específicas dos fiéis (p. ex., viagens, doenças, aniversários, estiaagem, etc.). A esse tipo de missa pertencem também as missas pelos mortos, rezadas por ocasião da morte e do enterro de uma pessoa e como ajuda a um falecido no purgatório. As missas pelos mortos têm suas raízes em antigos costumes cristãos (celebração da eucaristia em homenagem a um mártir) e não-cristãos (cerimônias comemorativas em homenagem a um falecido). Na Igreja Antiga surgiu o costume de celebrar a eucaristia junto ao túmulo de um falecido. Na Idade Média tornou-se praxe, entre os monges dos conventos, rezar missas pelos mortos. A praxe espalhou-se também entre o povo. Essas missas eram muito importantes para a vivência religiosa do povo. Como datas fixaram-se, seguindo o antigo costume não-cristão, o 3º, o 7º e o 30º dias após o falecimento e o aniversário do dia da morte(6).

Desde a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II os formulários litúrgicos para as missas pelos mortos oferecem várias opções nas orações. Além disso há formulários para as exéquias, pa-

(5) **Missal Romano**. São Paulo, Paulinas, 1973, 488-9. 496. 502-3. 512; **Missal Dominical**. Missal da assembléia cristã. São Paulo, Paulinas, 1980, 564. 567. 570. 575.

(6) DIENST, Karl. Seelenmessen [Missas pelos mortos; literalmente: pelas almas]. In: **Die Religion in Geschichte und Gegenwart** [A Religião na História e no Presente]. Tübingen, Mohr, 1961. v. 5, col. 1636-7.

ra o aniversário do falecimento e para diversas comemorações do falecido, sempre com várias opções(7). Isso possibilita muitas variações.

Já desde o século XIII é usado, nas missas pelos mortos, o intróito "Requiem eternam". Foi tirado de IV Esdras 2.34-35: "Dá-lhes, Senhor, o repouso eterno e brilhe para eles a tua luz." Daí a missa por um morto é chamada "réquiem"(8).

Quanto mais claramente a missa foi celebrada como sacrifício, tanto mais importante tornaram-se as missas pelos mortos. São, em primeiro lugar, um sacrifício propiciatório e de petição ou uma satisfação pelos pecados do morto. A comunidade ou a família do falecido pedem a Deus que conceda à alma no purgatório o perdão dos pecados e de seus castigos.

Originalmente os elementos predominantes nas missas pelos mortos eram o tom de paz e alegria, a lembrança da ressurreição de Cristo e dos mortos, a lembrança do triunfo pascal e da ceia escatológica celestial. Os trechos bíblicos lidos nessas missas (João 5.25-29; 6.37-40,51-55; 11.21-27) também destacam a fé em Cristo, o qual é "a ressurreição (dos mortos) e a vida" (João 11.25a). Na Idade Média, porém, o caráter dessas missas mudou. Foi introduzido o canto do "Dies irae" (Dia da ira, isto é, do juízo). Destacaram-se, agora, o medo do Juízo Final, o luto, a tristeza, a intercessão pelos mortos no purgatório. Adotou-se a cor preta como cor litúrgica. No Brasil Colonial, as missas pelos mortos eram uma importante "fonte de renda para os sacerdotes"(9).

A Igreja Católica encontra a principal (única?) fundamentação bíblica para as missas pelos mortos em II Macabeus 12.42-46. Esse livro, que para nós pertence aos assim chamados "escritos apócrifos", faz parte, segundo a doutrina católica, da Sagrada Escritura(10).

As reformas litúrgicas do Concílio Vaticano II visam também mudanças mais profundas na prática das missas pelos mortos. Pensa-se na possibilidade de instruir e educar os fiéis no sentido de

(7) **Missal Romano** (v. anot. 5), p. 935-72.

(8) JAMMERS, Ewald. Requiem [Réquiem]. In: op. cit., col. 1066-7.

(9) HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: - et alii. História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. In: COMISSÃO DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA, ed. **História Geral da Igreja na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 1977. t. 2, p. 300.

(10) Concílio de Trento, 4º sessão (1546).

vencer “a idéia um tanto mágica do 7º e 30º dias”. A partir do Conceito “Família-Igreja” fomenta-se a participação de toda a “família eclesial” (= comunidade paroquial) na morte de seus irmãos na fé. Sugere-se que a comunidade se reúna “num dia fixo por semana (ou por mês), a fim de rezar pelos mortos, incluindo-se neste dia os que morrerem na semana ou no mês”. As sugestões mostram a preocupação da Igreja Católica com o assunto, sua flexibilidade e sua intenção de chegar à “participação ativa” de todos “na vida litúrgica da sua comunidade”(11). A prática da Igreja Católica é uma tentativa de vir ao encontro da problemática levantada pela morte. Essa prática, como vimos, pressupõe a crença na imortalidade da alma e na existência do purgatório.

3. IMORTALIDADE OU RESSURREIÇÃO?

3.1. Imortalidade da alma segundo a filosofia grega

A concepção da imortalidade da alma está claramente desenvolvida em Platão, em especial em seu livro Fédon. Segundo essa concepção, corpo e alma são duas partes distintas na pessoa: o “soma” (corpo) é o elemento mortal, ao qual é acrescida a alma como sendo o elemento imortal. Não obstante o corpo ser a parte visível do homem, ele não representa tudo na pessoa. Somente a alma unida ao “soma” é que perfaz a pessoa toda. E com isso a alma representa o elemento mais importante no ser humano. Domina e determina o corpo, orientando e fixando-o nas coisas do alto, às quais a alma está ligada. O corpo, por sua vez, através das paixões da carne, procura desviar a alma para as coisas terrenas, tornando-a maculada. Assim, o corpo é visível, terreno, mortal; a alma, no entanto, é invisível, divina, imortal. A alma imortal é como um pássaro preso numa gaiola (= corpo) à espera de sua libertação na morte. A morte não representa o fim do corpo e da alma, mas somente o fim do corpo mortal, enquanto que a alma imortal volta à sua morada celestial.

(11) Concílio Vaticano II, Decreto sobre o apostolado dos leigos, 10. In: **Concílio Ecumênico Vaticano II**. Constituições. Decretos. Declarações. Documentos e Discursos Pontificios. São Paulo, Paulinas, 1967, p. 383.

3.2. Corpo e alma segundo o Novo Testamento

Enquanto na filosofia grega o ser humano “tem” corpo e alma, isto é, é formado de duas partes distintas, no Novo Testamento a pessoa “é” corpo e alma, dependendo do ponto de vista de como a encaramos. O ser humano é “soma” quando ele mesmo se torna objeto de sua ação ou quando ele sofre uma ação. O Novo Testamento fala de “soma” para designar que a pessoa pode usar a si mesma para realizar algo, ou seja, o ser humano pode ter uma relação para consigo mesmo (Romanos 12.1; 6.12-14; I Coríntios 9.27; 13.3; Filipenses 1.20). E nisso há uma dupla possibilidade para ele: ou sentir-se de acordo com o corpo, consigo mesmo, ou notar uma discrepância com o corpo, sentir-se partido e dominado por um poder estranho. Esse poder estranho que domina o homem é a carne. Esta é antes de mais nada a matéria visível, tudo o que existe (Romanos 2.28; II Coríntios 4.11), podendo inclusive designar a pessoa (Romanos 3.20; II Coríntios 7.5). Carne, portanto, designa a esfera terrena, passageira, dentro da qual o ser humano se movimenta (II Coríntios 10.3; Gálatas 2.20) e que não é má de princípio. Mas justamente por o homem não resistir à tentação de orientar sua vida para essa carne, procurando nela a razão e o objetivo de sua existência, essa esfera passa a ser um poder que domina o ser humano: ele passa a viver “segundo a carne” (Romanos 8.4; II Coríntios 1.17; 10.2). Com isso a carne pode ser sinônimo de pecado, porque os que vivem “segundo a carne” só procuram as coisas passageiras (Romanos 8.5ss).

Assim como o ser humano “é” corpo, assim também “é” alma. Portanto, alma não é uma parte do homem, mas designa o homem todo. É a força da vida ou simplesmente a própria vida (Gênesis 2.7; 19,17; Salmos 6.4; 23.3; Jeremias 6.16; Mateus 2.20; 6.25; João 10.11; Romanos 11.3; 16.4; II Coríntios 1.23). Alma designa o ser humano como ser vivente que quer algo, que age. Assim, a alma faz parte da esfera humana e terrena. Não pertence a uma esfera celestial, como se tivesse sua existência real fora do corpo. Pelo contrário, para o Novo Testamento é impossível a existência da alma, da vida enfim, sem corpo (v. I Coríntios 15.35s).

Mas, assim como o ser humano pode ser dominado pelo poder da carne, da mesma forma pode ser determinado por um outro poder, o do Espírito. A ação libertadora de Cristo concede o Espírito

como nova força orientadora para a vida. Mesmo permanecendo na esfera da carne, o homem pode agora deixar de viver “segundo a carne” para viver “segundo o Espírito” (Romanos 8.4; Gálatas 5.16-25). Espírito é, pois, a esfera divina, invisível, eterna. Não que passemos a ter nova alma ou outra corporalidade, mas que o Espírito divino passa a determinar nosso corpo e nossa alma, colocando-nos sob o poder e domínio da cruz de Cristo.

3.3. A morte — o último inimigo

Para Platão, a morte não é um inimigo; pelo contrário, a alma imortal anseia pela libertação que a morte traz. Essa afirmação é impossível para o Novo Testamento. A morte está diametralmente oposta à vida, que é a característica de Deus. Assim, a morte é sempre uma intervenção no domínio de Deus. Intrinsecamente ligado a isso está a outra afirmação: morte é o castigo do pecado (Romanos 6.23). Por o homem optar em orientar sua existência na carne, nas coisas terrenas e passageiras, ele faz disso seu deus. E com isso opta pela morte ao invés da vida. Assim, a morte passa a ser a determinante de tudo o que existe: domina o mundo. Destarte a morte não é algo natural; é contra a vontade de Deus, é o inimigo de Deus. Conseqüentemente, a morte deve ser vencida; é o inimigo último de Deus.

3.4. Ressurreição dos mortos

A filosofia grega responde ao anseio do ser humano por vida com a mensagem da imortalidade da alma. Esse é um termo negativo: a alma não morre. Em outras palavras, isso significa que a morte de fato não tem poder, ao menos não sobre aquilo que em última análise interessa — a alma. No entanto, a vida real desenrola-se na corporalidade, no ambiente dominado pela morte, presente a cada instante, p. ex., na doença. Como pode ocorrer libertação ali? Como pode haver vida em meio à corporalidade?

O Novo Testamento responde com a mensagem da ressurreição dos mortos. De saída já se evidencia uma diferença para o pensamento grego: ressurreição é uma afirmação positiva — o ser humano é chamado novamente à vida. Como se dá isso? Numa nova intervenção criadora de Deus.

A libertação do poder da morte se dá no evento da cruz e ressurreição de Jesus Cristo. Jesus se expõe ao poder da morte integralmente e com isso a vence no seu bojo. Tal não ocorreria, caso Jesus continuasse a viver como alma imortal. Mas justamente expondo-se ao poder da morte e ingressando em sua esfera de domínio, ele a vence com sua ressurreição. Por viver integral e incondicionalmente na presença e dependência de Deus, única fonte de verdadeira vida, a morte não pode prender esse Jesus em seus domínios. Por isso Jesus vence a morte no seu próprio domínio.

Assim, expondo-se a essa ação libertadora do Cristo, o cristão passa de um viver sob o poder da carne para um viver sob o domínio do Espírito. Redenção, pois, não significa a libertação da alma do poder do corpo, mas a libertação de ambos do poder mortal da carne (pecado). No entanto, também agora a alma não é uma parte do ser humano que continua a viver depois da morte física. Apesar do evento salvífico da cruz, apesar da possibilidade de vida sob o domínio do Espírito, a morte permanece uma realidade presente em nosso mundo, e nós caminhamos para a morte. Mas, por ser Cristo o primogênito dentre os mortos, nós cremos na vida depois da morte; nós cremos que a morte física não permanece com a palavra final. Pelo contrário, a vida que perdura além da morte do corpo e da alma, é a vida que nos é dada por Deus e que vivemos na comunhão com ele aqui e agora. Mas não como uma parte de nós que continua a viver. A continuidade somente está dada em Deus, que iniciou uma "história de amor" com cada um de nós. Assim, nós cremos na fidelidade de Deus que continua também depois de nossa morte física. Dito em outras palavras: nós temos a certeza de que a realidade de Deus é mais forte do que a morte (Romanos 8.31-39). Por isso a mensagem da ressurreição expressa a certeza da comunidade cristã de que Deus fará nova criação em que, como na primeira vez, dará novamente vida ao homem, vida esta que representará a consumação do estar com Deus.

Diante dessa certeza pouco ou nada precisa ser dito sobre o estágio entre a morte física e a consumação. Como, onde, quando? são perguntas que não podemos responder nem necessitamos responder. Pois vale essa certeza de que um dia estaremos definitivamente com Cristo. O Espírito Santo é o penhor (II Coríntios 1.22; 5.5) que nos garante o estar com Cristo, apesar da morte.

Com isso há, de fato, uma certa assimilação à crença na imortalidade da alma no seguinte sentido: aquele que crê em Cristo e recebeu o Espírito Santo continua com Cristo. No entanto, permanece uma diferença fundamental: esse estar com Cristo se baseia numa nova intervenção de Deus – portanto, não algo natural – e, por outro lado, ainda não é a perfeição; ainda esperamos pela ressurreição, pela consumação.

4. À PROCURA DE UMA PASTORAL

4.1. Responsabilidade poimênica

Ao lado dos aspectos bíblicos e sistemáticos na compreensão da morte é necessário que se considere o aspecto poimênico.

Quando na família falece alguém, abre-se um vazio, muitas vezes um vazio que não pode ser preenchido a não ser pela lembrança e pela saudade. Quando um cônjuge perde seu companheiro de longos anos de jornada, muitas vezes nasce uma saudade que pode ser dolorosa ou grata, mas uma saudade tão forte que por vezes leva a costumes e práticas que nem sempre se enquadram em uma análise lógica ou teo “lógica”.

Às vezes desaparece alguém em relação a quem os familiares ou amigos têm sentimento de culpa. A realidade ou a sensação da culpa não desaparece com o sepultamento. Pelo contrário, agora que não é mais possível fazer-se algo para mudar a situação, ela começa a pesar muito mais intensamente e leva as pessoas a diversas formas de tentativas de “pagamento” da culpa.

A morte provoca um sentimento de medo e insegurança. Na luta por vencer isso os homens lançam mão de expedientes os mais diversos. E também nestes casos os gestos e atos nem sempre se enquadram na teologia. Os sentimentos do homem pesam mais que quaisquer argumentos racionais. É imprescindível que o pastor tenha uma visão teológico-sistemática clara sobre morte e ressurreição. Mas é importante também que ele saiba que há situações, e elas não são tão raras, onde uma argumentação teológico-sistemática ou a aplicação de regulamentos da comunidade não bastam. Quando um membro de comunidade está dominado por sentimentos de saudade, medo, culpa ou outros, é necessário que o pastor trate a situação sob outro enfoque. O acesso a uma pessoa

numa situação destas não é possível apenas a partir de reflexões dogmáticas ou estatutárias. Não adianta dizer que nossa Igreja não tem o costume do “culto de 7º, 30º dia ou de um ano de falecimento”, que isso é católico. É importante tentar descobrir o que está motivando a pessoa a solicitar um “culto pelo falecido”. É necessário que o pastor e a comunidade perguntem o que se pode fazer para que as pessoas, famílias em tais situações possam ganhar mais liberdade diante da morte e dos mortos.

4.2. Comunhão solidária

Onde há possibilidade é muito importante que a comunidade, o pastor inclusive, acompanhem o moribundo e sua família na situação de sofrimento. No dia do enterro é importante que a comunidade, e especialmente o pastor, tentem avaliar a situação e corresponder a ela em palavras e, talvez mais do que em palavras, em gestos. Ultimamente está se descobrindo de novo que gestos e ritos são importantes para os sobreviventes ganharem liberdade diante da morte. A tendência moderna de ter pressa em realizar o sepultamento é prejudicial. O costume que está se introduzindo de o pastor e a comunidade se despedirem da família enlutada antes que o túmulo esteja fechado deve ser questionado. O alvo deveria ser que o pastor e membros da comunidade saiam do cemitério com a família enlutada. É conveniente que os familiares vejam a pessoa falecida, também as crianças, sem que se recorra a calmantes. É claro que doentes cardíacos tenham cuidados e que as crianças não sejam forçadas. Depois do enterro a comunidade deveria prestar atenção à família enlutada, principalmente a partir do 8º, 9º, 10º dia. A esta altura as visitas espontâneas começam a rarear, e os enlutados ganharam toda a lucidez e começam a sentir os efeitos da nova realidade. Neste ponto a visita do pastor é importante. Por causa das muitas tarefas do pastor e a partir do sacerdócio de todos os crentes, a comunidade deveria motivar os membros vizinhos à família enlutada a prestarem conforto e solidariedade, inclusive em coisas muito concretas. É de se perguntar se nossas comunidades não poderiam passar a realizar uma espécie de cursos para pessoas dispostas a assistirem famílias enlutadas. Tendemos a achar engraçado ou até ridículo que os judeus tivessem “mulheres choradoras” (carpideiras), de certa maneira

profissionais, para suas situações de morte. Hoje estamos descobrindo novamente que costumes antigos muitas vezes encerravam muito mais que sentimentalismo antiquado. Seria de grande valor se as comunidades conseguissem organizar melhor o acompanhamento a seus enlutados. A comunicação em culto do falecimento de um membro da comunidade tem um aspecto poimênico inerente. Isso deve-se refletir na modalidade da comunicação. Deve haver consciência de que ali no culto há uma família que perdeu um de seus entes queridos. Naquele momento a comunidade se preocupa em repartir com ela o luto e a dor. Esta consciência impede que o pastor faça uma comunicação formal, seca e fria.

O acompanhamento dos membros da comunidade, de uma maneira ampla, evitará que surjam muitos pedidos de “cultos pelos falecidos”. Quanto mais vida e comunhão a partir do Evangelho de Jesus Cristo numa comunidade, tanto mais condições haverá de olhar para a morte em fé e confiança.